

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
CIÊNCIAS ECÔNOMICAS

LEONARDO ERDMANN PORTELA

**A IMPORTÂNCIA DOS MINIFÚNDIOS DE CAFÉ NO DESENVOLVIMENTO DO  
NORTE PARANAENSE**

CURITIBA - PR

2024

LEONARDO ERDMANN PORTELA

**A IMPORTÂNCIA DOS MINIFÚNDIOS DE CAFÉ NO DESENVOLVIMENTO DO  
NORTE PARANAENSE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à  
Universidade Federal do Paraná, como requisito do  
Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Luis Claudio Krajevski

CURITIBA - PR

2024

## RESUMO

Os minifúndios de café desempenharam um papel crucial na formação e dinâmica econômica e social do norte do Paraná, destacando-se como agentes transformadores do desenvolvimento dessa região. Este estudo examina a contribuição dos minifúndios de café na formação econômica do norte do Paraná. A pesquisa destaca como essa estrutura agrária singular influenciou positivamente a distribuição de renda, o desenvolvimento e a consolidação da região como um importante polo cafeeiro brasileiro. O estudo baseia-se em uma abordagem histórica e utiliza pesquisa bibliográfica e análise documental para compreender os fatores que possibilitaram o surgimento, a relevância e os impactos causados pelos minifúndios. Os resultados indicam que os minifúndios desempenharam um papel central na organização fundiária, na diversificação econômica e no estímulo à infraestrutura local. Assim, os minifúndios de café foram fundamentais para o desenvolvimento regional, com impactos que ultrapassam o período estudado.

**Palavras-chave:** café; minifúndios; desenvolvimento regional; norte do Paraná; história econômica.

## ABSTRACT

### THE IMPORTANCE OF COFFEE SMALLHOLDINGS IN THE DEVELOPMENT OF NORTHERN PARANÁ

Coffee smallholdings played a crucial role in the economic and social dynamics of northern Paraná, standing out as transformative agents in the region's development. This study examines the contribution of coffee smallholdings to the economic formation of northern Paraná. The research highlights how this unique agrarian structure positively influenced income distribution, development, and the consolidation of the region as an important Brazilian coffee hub. The study is based on a historical approach and employs bibliographic research and document analysis to understand the factors that enabled the emergence and relevance of smallholdings. The results indicate that smallholdings played a central role in land organization, economic diversification, and the stimulation of local infrastructure. Thus, coffee smallholdings were fundamental to regional development, with impacts that extend beyond the period studied.

**Keywords:** coffee; smallholdings; regional development; northern Paraná; economic history.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>2 A ECONOMIA CAFEIRA</b> .....	<b>12</b>
2.1 A HISTÓRIA DO CAFÉ NO BRASIL E O AVANÇO AO OESTE PAULISTA .....	12
2.2 O AVANÇO DO CAFÉ PARA O TERRITÓRIO PARANAENSE .....	20
<b>3 A CONSOLIDAÇÃO DA CULTURA DO CAFÉ NO PARANÁ</b> .....	<b>24</b>
3.1 A OCUPAÇÃO .....	25
3.2 O PROBLEMA DA INFRAESTRUTURA .....	28
<b>3.2.1 Rodovias</b> .....	<b>29</b>
<b>3.2.2 Ferrovias</b> .....	<b>32</b>
<b>4 OS MINIFÚNDIOS DE CAFÉ PARANAENSES</b> .....	<b>36</b>
4.1 O SURGIMENTO DOS MINIFÚNDIOS NO NORTE DO PARANÁ.....	36
4.2 OS IMPACTOS DOS MINIFÚNDIOS NO DESENVOLVIMENTO DO NORTE PARANAENSE .....	42
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>50</b>

## TABELAS

<b>Tabela 1 – Participação dos produtos sobre o total de exportações do Brasil (em %)</b> .....	<b>14</b>
<b>Tabela 2 – Produção de café Brasil (em milhões de sacas)</b> .....	<b>14</b>
<b>Tabela 3 – Entradas e saídas de trabalhadores (em milhares)</b> .....	<b>17</b>
<b>Tabela 4 – Expansão das estradas de ferro no Brasil (em km)</b> .....	<b>18</b>

## FIGURAS

<b>Figura 1 – Mapa do norte paranaense .....</b>	<b>22</b>
<b>Figura 2 – Projeto estrada de ferro do Paraná .....</b>	<b>33</b>
<b>Figura 3 – Projeto estrada de ferro São Paulo-Rio Grande.....</b>	<b>34</b>
<b>Figura 4 – Terras da Companhia de Terras Norte do Paraná.....</b>	<b>40</b>
<b>Figura 5 – Parcelamento rural I.....</b>	<b>41</b>
<b>Figura 6 – Parcelamento rural II.....</b>	<b>41</b>
<b>Figura 7 – Organização da rede de cidades .....</b>	<b>44</b>

## GRÁFICO

<b>Gráfico 1 – Participação da produção de café paranaense em relação à brasileira (%) – 1920/1968 .....</b>	<b>24</b>
--	-----------

## QUADROS

<b>Quadro 1 – Exportações de café no Paraná – porto de Paranaguá (1825).....</b>	<b>20</b>
<b>Quadro 2 – Companhias colonizadoras .....</b>	<b>37</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A economia cafeeira desempenhou um papel fundamental na história econômica e social do Brasil, moldando sua estrutura e influenciando no seu desenvolvimento ao longo dos séculos XIX e XX. As primeiras plantações surgiram no Pará no ano de 1727 (JACTO, 2024), mas foi a partir da segunda metade do século XIX que a produção de café no Brasil experimentou um rápido crescimento, impulsionado principalmente pela expansão da cultura para novas regiões, como Rio de Janeiro e São Paulo, que possuíam um clima propício, disponibilidade de terras e apoio governamental (GARELS, 1991).

Apenas no final do século XIX, através de um processo de expansão do café paulista, que se deu o início a produção cafeeira em maior escala nas terras férteis do norte do estado do Paraná, com o destaque para a ocupação de paulistas e mineiros. No início esse cultivo se desenvolveu de forma lenta e apenas como um reflexo do modo de produção sudestino. Foi somente a partir dos anos 1930 que o estado passou a ter um maior destaque no setor agroexportador de café (CHIES; YOKOO, 2012).

Apesar do café no norte paranaense ter surgido a partir de uma expansão do café paulista, a forma como a produção desse produto foi difundida no estado após a fase inicial não foi a mesma. No Paraná o café não foi explorado a partir de grandes propriedades como de habitual em São Paulo. Além disso, a mão de obra se diferenciava por ocupar as famílias e um certo número de imigrantes assalariados ao invés de se apoiar de forma sistemática na exploração de mão de obra escrava, como em São Paulo (GARDENAL, 2018). Portanto, a consolidação da produção nas terras do estado paranaense, foi atingida por uma ocupação e exploração de formas divergentes do que ocorrera nas ocupações dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, ela se deu principalmente através de minifúndios de café.

Este estudo tem como objetivo examinar o papel dos minifúndios de café no desenvolvimento do norte paranaense. Além disso, busca-se entender o papel da economia cafeeira na história econômica e social do Brasil, com ênfase na influência exercida na região norte do Paraná durante os séculos XIX e XX, tratar o contexto histórico e as condições que levaram à expansão da produção de café para o norte do estado do Paraná e, por fim, expor o papel das pequenas propriedades de café,

em contraste com as grandes fazendas, na formação e consolidação da economia regional paranaense.

A economia cafeeira desempenhou um papel vital na história do Brasil, seu estudo proporciona uma compreensão mais profunda das dinâmicas socioeconômicas que influenciaram o país ao longo dos séculos XIX e XX, em especial, o papel dos minifúndios de café no norte do Paraná. Aprofundar-se nas contribuições dessas pequenas propriedades para o desenvolvimento da região é relevante para o entendimento dos processos de colonização e ocupação de terras e seu impacto a longo prazo.

Ao considerar os regimes de mão de obra e estruturas agrárias paranaense e o paulista, obtém-se diferentes perspectivas sobre como essas abordagens na produção de café afetaram o desenvolvimento dessas regiões. Além disso, é crucial para a formação de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento regional, que se tenha um entendimento do legado dos minifúndios de café na região norte do Paraná, permitindo-se uma melhor compreensão de como essas pequenas propriedades influenciaram o desenvolvimento econômico e social da região.

A metodologia adotada para este estudo é baseada em uma pesquisa bibliográfica, buscando-se compreender o contexto da economia cafeeira no Brasil e na região norte do Paraná. Além disso, será realizada uma análise documental de fontes que incluem livros, artigos acadêmicos e relatórios de pesquisa, a fim de se revisar a literatura existente sobre o tema, o que permitirá identificar as principais teorias, conceitos e debates relacionados ao ciclo do café e aos minifúndios no norte do Paraná.

Para entender como diferentes perspectivas em relação aos modelos de exploração da mão de obra e estruturas agrárias entre as plantações de café afetaram o desenvolvimento socioeconômico das regiões, será adotada uma abordagem histórica, analisando como essas se deram no estado do Paraná. Por fim, análises qualitativas serão necessárias, com o objetivo de interpretar e contextualizar os dados coletados, permitindo a identificação de padrões, tendências e relações relevantes para o estudo. Através dessa metodologia, espera-se obter uma compreensão abrangente da importância dos minifúndios de café no desenvolvimento socioeconômico do norte do Paraná.

Nas páginas seguintes, este estudo abordará de forma detalhada o papel crucial dos minifúndios de café para o desenvolvimento da região norte do Paraná. Iniciando-se com breve contexto do café no Brasil, passando pelo surgimento das plantações de café no Paraná e a importância do estado e de investimentos privados, a partir de companhias de melhoramento, para o seu desenvolvimento. O contraste entre as formas de exploração de mão de obra e estruturas agrárias entre diferentes estados e suas influências regionais, também serão analisados, bem como as características dos minifúndios de café. Por fim, será realizada uma análise de como esses minifúndios influenciaram a economia local e contribuíram para o desenvolvimento regional e distribuição de renda, gerando reflexos de longo prazo na região, desde o surgimento de municípios, até a ampliação da infraestrutura do estado paranaense.

## 2 A ECONOMIA CAFEIEIRA

Nesse capítulo será explorada a trajetória histórica do café no Brasil, destacando três momentos cruciais: o seu surgimento no Brasil, o avanço da cultura cafeeira ao Oeste Paulista e a expansão subsequente para o território paranaense. Inicialmente, será abordado como as plantações de café se desenvolveram no Vale do Paraíba e nos planaltos paulistas, impulsionando mudanças econômicas e sociais significativas no final do século XIX. Em seguida, será examinada a chegada do café ao norte do Paraná, onde pioneiros mineiros e paulistas, com o apoio governamental e investimentos privados, transformaram a região em um novo polo cafeeiro. Ao longo desse capítulo, será evidenciado o papel desses pioneiros para a futura consolidação do café como principal motor econômico dessa região.

### 2.1 A HISTÓRIA DO CAFÉ NO BRASIL E O AVANÇO AO OESTE PAULISTA

Antes do ciclo do café, a economia colonial e, posteriormente, a brasileira, passou por diferentes fases, como a exploração do pau-brasil, o ciclo açucareiro e o ciclo do ouro. No entanto, nenhuma dessas fases conseguiu evitar que a economia do país enfrentasse longas décadas de estagnação e declínio até a ascensão do café, que se tornou o primeiro ciclo econômico a consolidar-se de forma abrangente. Ao longo dos anos que precederam o ciclo cafeeiro, o país não viu mudanças significativas em seu sistema administrativo pouco desenvolvido. Além disso, novas técnicas que surgiram fruto da Revolução Industrial raramente chegavam ao território brasileiro por conta do bloqueio imposto pela metrópole e, quando chegavam, pouco impactavam na estrutura produtiva local. Por fim, um grave problema surgia, a falta de mão de obra, que era escassa, principalmente após o fim da tradicional fonte de mão de obra escravizada (FURTADO, 2005).

No final do século XVIII e início do século XIX, o comércio dos principais produtos exportados pelo Brasil estava em decadência. O açúcar brasileiro enfrentava a concorrência do açúcar de beterraba na Europa, da cana das Antilhas, que abasteciam o mercado inglês, da produção americana na Louisiana, que se desenvolvia de forma ampla, e de um novo concorrente, Cuba, que assumiu o posto de principal fornecedor do mercado estadunidense (FURTADO, 2005).

O algodão era o segundo produto mais importante na cesta de exportações brasileiras no começo do século XIX, mas a sua situação era ainda mais preocupante, pois os Estados Unidos dominavam amplamente o comércio mundial de algodão, visto que possuíam uma grande oferta de terra e mão de obra, além de se beneficiarem de fretes relativamente mais baixos, o que levou o preço do algodão a uma queda significativa, tornando o negócio no Brasil praticamente inviável a nível de exportação (FURTADO, 2005). Os produtores de outros insumos como o fumo, couro, cacau e arroz, também enfrentavam dificuldades, segundo Furtado (2005, p. 86):

No mercado dos couros pesava cada vez mais a produção do rio da Prata, e no do arroz a norte-americana, que passava por fundamentais transformações nos métodos de cultivo. O fumo perdera o mercado africano, com a eliminação do tráfico de escravos, sendo necessário orientar o produto para outras regiões. Finalmente o cacau, cujo uso apenas começava a vulgarizar-se, constituía tão-somente uma esperança.

Foi nesse cenário que o café começou a ganhar destaque. Ele já vinha sendo cultivado em terras brasileiras desde o início do século XVIII. Nesse período o café era produzido apenas para consumo interno, mas já se notava que as características geográficas e climáticas de certas regiões do país forneciam o ambiente perfeito para sua produção. Mas foi apenas após uma alta de preços causada por uma falta de organização do, até então, maior produtor de café no mundo, o Haiti, que o café assume uma certa importância comercial no setor exportador da economia brasileira, já representando 18% do valor total das exportações na primeira metade do século XIX, se tornando o terceiro lugar entre os produtos com maior volume de exportação do Brasil, atrás apenas do algodão e açúcar (FURTADO, 2005).

Não demorou para o café ocupar o primeiro lugar na pauta de exportações brasileiras, alcançando esse posto antes da metade do século XIX, quando já representava mais de 40% do valor total de produtos exportados (FURTADO, 2005), como mostra a tabela 1.

**Tabela 1 - Participação dos produtos sobre o total de exportações do Brasil (em %)**

Decênios	Café	Açúcar	Cacau	Erva - mate	Fumo	Algodão	Borracha	Couros
1821 – 30	18,4	30,1	0,5	0,0	2,5	20,6	0,1	13,6
1831 – 40	43,8	24,0	0,6	0,5	1,9	10,8	0,3	7,9
1841 – 50	41,4	26,7	1,0	0,9	1,8	7,5	0,4	8,5
1851 – 60	48,8	21,2	1,0	1,6	2,6	6,2	2,3	7,2
1861 – 70	45,5	12,3	0,9	1,2	3,0	18,3	3,1	6,0
1871 – 80	56,6	11,8	1,2	1,5	3,4	9,5	5,5	5,6
1881 – 90	61,5	9,9	1,6	1,2	2,7	4,2	8,0	3,2
1891 - 00	64,5	6,0	1,5	1,3	2,2	2,7	15,0	2,4

Fonte: Elaboração própria com base em GARELS 1991.

No início, a expansão da cultura cafeeira se concentrou nas regiões próximas a capital do país naquele período, o Rio de Janeiro. Isso se deu pois, inicialmente, a economia cafeeira se beneficiou de recursos que já existiam naquela região e eram subutilizados, como a mão de obra escrava abundante, órfã da economia mineradora, e a disponibilidade de terras, tudo isso em uma região próxima ao porto, o que resolveria o problema de transporte da produção (FURTADO, 2005).

Ao longo da segunda metade do século XIX, a economia cafeeira passou por um processo de gestação. Nesse período a mão de obra escrava foi usada de forma profunda, tal como na economia açucareira. Entretanto, diferente do açúcar, para produzir café não era necessário a implementação de tanto capital, o principal fator explorado era a terra, sendo o cafezal uma cultura permanente, onde utilizavam-se equipamentos mais simples. Por conta desses fatores, como menor investimento, abundância de terras e mão de obra escravista, a economia do café se expandiu de forma contundente nesse período (FURTADO, 2005).

Por volta de 1850, no Vale do Paraíba, a economia cafeeira encontrou um caminho lucrativo (SILVA, 1995). O café estava em pleno crescimento, atingindo seu auge até então, como mostra a tabela 2.

**Tabela 2 – Produção de café Brasil (em milhões de sacas)**

DECÊNIOS	PRODUÇÃO
1821 – 30	0,3
1831 – 40	1,0
1841 – 50	1,7
1851 – 60	2,6
1861 – 70	2,9
1871 - 80	3,6
1881 – 90	5,3
1891 – 00	7,2

Fonte: Elaboração própria com base em SILVA 1995.

Destacavam-se as cidades de Cantagalo e Vassouras, esta última considerada a capital do café na parte fluminense do Vale. Na região paulista, Areias e Bananal se sobressaíam, enquanto na Zona da Mata Mineira, Cataguases, Juiz de Fora, Leopoldina, Carangola e Muriaé eram os principais centros. Contudo, a partir das duas últimas décadas do século XIX, a economia cafeeira do Vale do Paraíba, dominada pelos famosos "barões do café" e responsável por 78% da produção nacional, começou a declinar. Terras esgotadas e erodidas, a escassez de mão-de-obra escrava e dificuldades na incorporação de novas áreas foram algumas das causas desse declínio (SILVA, 1995).

Enquanto isso, o café começava a se expandir em uma nova área conhecida como Oeste Paulista. Esta região, localizada no interior de São Paulo, incluía áreas de Campinas a Rio Claro, São Carlos, Araraquara e Catanduva. A expansão também atingia a região de Campinas até Pirassununga, Casa Branca e Ribeirão Preto, onde os fazendeiros substituíam as lavouras de cana-de-açúcar, cujos preços estavam em queda, pelo café em franca ascensão (EMPRESA MUNICIPAL DE MULTIMEIOS LTDA., 2024).

Nesse período, um outro ponto ganha destaque para explicar como o café se tornou o principal motor da economia agroexportadora brasileira, a estruturação de uma nova classe de empresários. Inicialmente, esses novos empresários surgiram na região do Rio de Janeiro, onde o ciclo do café começou, eram homens que já haviam obtido uma acumulação expressiva de capital através do comércio e se sentiram atraídos pela produção do café. Por conta disso, desde o início a economia cafeeira já contava com um sistema em que a produção e o comércio do produto eram dominados pelos produtores, o que gerava uma grande vantagem para essa nova elite. Além disso, com a Proclamação da República em 1889 e, conseqüentemente, a descentralização do poder estatal, esses empresários do café puderam utilizar o Estado para proteger seus interesses econômicos. Tudo isso formou a base para a expansão da economia cafeeira para outras regiões do país e para o desenvolvimento da economia brasileira na primeira metade do século XX (FURTADO, 2005).

Entre 1852 e 1857, o porto de Santos escoava apenas 6% da produção nacional de café, enquanto o porto do Rio de Janeiro era responsável por 92% das exportações desse produto. Já entre 1867 e 1872, o porto do Rio de Janeiro ainda concentrava 81% da exportação cafeeira brasileira. Entretanto, o cenário mudou a

partir da década de 1870, quando o estado de São Paulo passa a ser o maior exportador de café do Brasil (SILVA, 1995).

O rápido crescimento da produção cafeeira nas décadas de 1870 e 1880 trouxe consigo uma mudança no centro geográfico das plantações. Durante a década de 1880, a produção de café em São Paulo superou a do Rio de Janeiro, com os planaltos paulistas praticamente substituindo o Vale do Paraíba como principal área produtora (SILVA, 1995).

Segundo Silva (1995, p. 50) “A importância do rápido crescimento da produção e desse deslocamento geográfico só poderá ser entendido se considerarmos as simultâneas mudanças ocorridas ao nível das relações de produção”. Ao se deslocar para os planaltos paulistas, as plantações trocam o trabalhador escravo por trabalhadores assalariados. Com esses novos trabalhadores, as plantações passam a conhecer um trabalho parcialmente mecanizado. Além disso, outro fator que contribui para esse deslocamento são as construções de redes ferroviárias, muito importantes para viabilizar o escoamento da produção até o porto de Santos. Por último, verificou-se o desenvolvimento de um sistema comercial relativamente avançado para época, esse sistema era composto por instituições bancárias e casas de exportação, o que permitiu o financiamento e produção de milhões de sacas de café (SILVA, 1995).

Os imigrantes foram fundamentais para a expansão e desenvolvimento cafeeiro no interior paulista, dois terços dos imigrantes que chegaram no estado de São Paulo foram empregados em plantações de café. Esses imigrantes já chegavam em território brasileiro com um contrato de um ano, com um salário base proporcional ao número de pés de café designados a eles. Além disso, esses trabalhadores também recebiam um pequeno pedaço de terra, dessa forma permitia-se a plantação de culturas, previamente estabelecidas por contrato, que serviram como cultura de subsistência para esses trabalhadores. Porém, as condições as quais esses imigrantes eram expostos fazia com que muitos abandonassem as plantações de café após o fim do contrato de um ano, eram comuns greves e divergências entre os trabalhadores e os donos de terra (SILVA, 1995). Na tabela 3 é possível identificar a relação entre entrada e saída de trabalhadores do setor cafeeiro no início do século XX.

**Tabela 3 – Entradas e saídas de trabalhadores (em milhares)**

ANO	ENTRADAS	SAÍDAS
1902	40,4	31,4
1903	18,2	36,4
1904	27,8	32,6
1905	48,1	34,4
1906	48,4	41,3

Fonte: Elaboração própria com base em SILVA 1995.

Outro fator importante para esse desenvolvimento foi a mecanização de uma parte da produção, isso aconteceu após a substituição dos escravos por trabalhadores assalariados. Silva (1995, p. 54) diz isso sobre esse processo:

Os aparelhos construídos principalmente em madeira e movidos pela água dos riachos ou pela força humana, predominantes na época da escravidão, foram rapidamente abandonados a partir da década de 1870. As secadeiras mecânicas preparadas pelos fazendeiros Taunay e Silva Telles impuseram-se, do mesmo modo que os classificadores a vapor.

Um dos motivos que levaram à mecanização foi justamente o problema da mão de obra, que não era tão evidente no Brasil escravocrata e foi a solução encontrada no oeste paulista para o avanço da cultura do café. Ela permitiu o estabelecimento de grandes plantações em lugares distantes dos portos, permanecendo a propriedade fundiária como elemento principal que separava os trabalhadores dos meios de produção (SILVA, 1995).

Além da mecanização, não se pode deixar de mencionar a importância das estradas de ferro para o crescimento da economia do café. O escoamento de toda a produção do oeste paulista não seria possível caso os meios utilizados ainda fossem as tropas de mulas. Com o avanço das ferrovias ligando boa parte do interior paulista ao principal porto do estado, localizado em Santos, a enorme produção das fazendas paulistas podia ser transportada sem maiores dificuldades, em maior volume e a um custo mais baixo (SILVA, 1995).

Em São Paulo, o capital dos grandes produtores de café foi fundamental para a criação de novas linhas ferroviárias. Companhias como a Paulista, Sorocabana e a Mogiana foram fundadas pelos próprios fazendeiros e juntas administravam mais de três mil quilômetros de ferrovias (SILVA, 1995). A expansão das linhas férreas no Brasil no final do século XIX e início do século XX estava altamente atrelada a expansão cafeeira paulista, como mostra a tabela 4:

**Tabela 4 – Expansão das estradas de ferro no Brasil (em km)**

<b>ANO</b>	<b>REGIÃO CAFFEEIRA</b>	<b>BRASIL</b>
1854	14,5	14,5
1859	77,9	109,4
1864	163,2	411,3
1869	450,4	713,1
1874	1.053,1	1.357,3
1879	2.395,9	2.895,7
1884	3.830,1	6.324,6
1889	5.590,3	9.076,1
1894	7.676,6	12.474,3
1899	8.713,9	13.980,6
1904	10.212,0	16.023,9
1906	11281,3	17.340,4
1910	-	21.466,6
1915	-	26.646,6
1920	-	28.556,2
1925	-	32.000,3
1929	18.326,1	32.000,3

Fonte: Elaboração própria com base em SILVA 1995.

Entretanto, com o avanço do café para o oeste paulista, o que se viu foi um aumento na concentração de terras, expansão das plantações ocorreu, principalmente, através do aumento de área de grandes propriedades. A estrutura das novas fazendas era distinta das anteriores, pois se concentravam nas proximidades das ferrovias, e a produção era organizada com base no trabalho livre de imigrantes europeus. A Proclamação da República proporcionou maior autonomia aos governos provinciais. Os fazendeiros de café mostraram, assim, a mudança real do centro de poder do Nordeste para o Sudeste. Implementaram, então, políticas alinhadas com os interesses da nova classe dominante (NAGAY, 1999).

Apesar da grande força da economia cafeeira paulista, o café não estava livre de crises. Segundo Nagay (1999, p. 20):

Em 1898, consolida-se a primeira grande crise cafeeira. O governo enfrentava dois problemas: a queda dos preços internos e externos do café e as finanças do Estado em pleno declínio. Em 1906 a crise se torna intolerável. A solução encontrada é a “política de valorização” ou “intervenções valorizadoras”. Com estas, a burguesia cafeeira utilizou seu poder de monopólio para manipular os preços internacionais.

Com a economia do café em crise, causada pela combinação de um momento de superprodução, com preços do café no mercado internacional em queda, juntamente com uma alteração na política cambial por parte do governo, causando uma desvalorização da taxa de câmbio e, conseqüentemente, fazendo com que o setor cafeeiro perdesse a proteção de sua renda (LEDERMAN, 2009), realiza-se no

ano de 1906 pelos três maiores estados produtores de café, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, o Convênio de Taubaté, com o objetivo de obter uma valorização do produto. Nesse convênio três importantes decisões para o futuro do café foram tomadas, a fixação de um preço mínimo para o café, com retenção de parte da produção, que correspondia ao excedente do consumo do mundo, uma limitação do aumento da área cultivada e uma sobretaxa que iria garantir os recursos necessários para a compra do produto no mercado brasileiro (NAGAY, 1999).

Externamente, a implementação do acordo enfrentou a recusa inicial do grupo financeiro liderado pela Casa Rothschild, que havia sido o principal banqueiro do Brasil por décadas, a recusa inicial se dava, principalmente, por conta do risco percebido de financiar uma intervenção estatal arriscada em um mercado global volátil, das preocupações com a sustentabilidade fiscal do Brasil e à falta de garantias convincentes de que o governo brasileiro seria capaz de manter suas obrigações financeiras a longo prazo (SKIDMORE, 1982).

Com a recusa, outros grupos financeiros estrangeiros, incluindo banqueiros ingleses, franceses, alemães e americanos, forneceram os recursos necessários para São Paulo levar adiante o plano de valorização. Eventualmente, os Rothschild reverteram sua posição e abriram uma linha de crédito para São Paulo. Apesar das resistências, o Convênio de Taubaté foi aprovado por ampla maioria no Congresso Nacional e transformado em decreto em agosto de 1906. As intervenções prolongaram-se até 1910, estabilizando os preços internacionais do café. O aumento dos preços do café entre 1906 e 1908 permitiu a diversificação dos investimentos em São Paulo, especialmente no setor industrial. No entanto, a valorização inicial não resolveu a tendência à superprodução, necessitando novas intervenções nos anos seguintes (ROSSINI, 2010).

Ao longo das duas primeiras décadas do século XX, as intervenções aplicadas com objetivo de defender os interesses do mercado do café tiveram sucesso. A primeira ocorreu entre 1906 e 1918, devido a uma forte expansão produtiva, a segunda entre 1917 e 1920, que buscou amenizar, através de uma forte regulação de preços, os impactos causados pela Primeira Guerra Mundial no mercado internacional e a terceira entre 1921 e 1924 realizou-se a formação de estoques por parte do governo, devido a redução das compras internacionais, que pressionaram os preços no mercado interno (NAGAY, 1999).

Porém, com a quebra da bolsa de Nova Yorke em 1929 e a instalação da crise de maneira global, as intervenções não foram capazes de proteger a economia cafeeira. Naquela época, as fontes de recursos externas se tornaram escassas e a produção brasileira de café pressionava o orçamento do Instituto do Café do Estado de São Paulo. Por conta das diversas crises que assolaram a economia cafeeira paulista no início do século XX, grandes fazendas do interior paulista foram desmembradas em novas propriedades de tamanho menor. Além disso, foi nesse contexto que houve uma nova expansão das fronteiras do café, quando ex-colonos passaram a se deslocar para novas terras no extremo oeste paulista e, com destaque, para as novas ocupações do norte do Paraná (NAGAY, 1999).

## 2.2 O AVANÇO DO CAFÉ PARA O TERRITÓRIO PARANAENSE

No Paraná, assim como no restante do Brasil e na maior parte da América, a ocupação territorial e o desenvolvimento econômico seguiram ciclos distintos. No contexto paranaense, pode-se identificar os ciclos do ouro, da erva-mate, da madeira e do café, com este último se estendendo de 1860 até aproximadamente a década de 1970. A produção de café era voltada principalmente para o mercado externo. Durante esse período, a economia do Paraná foi impulsionada por estímulos externos, nacionais e internacionais, e sofreu oscilações devido à demanda por café (CHIES; YOKOO, 2012).

As primeiras plantações de café no estado do Paraná surgiram no começo do século XIX, a partir de 1801, na região de Paranaguá, entretanto, essas propriedades eram pequenas e a produção nessa época possuía pouca relevância, com poucas sacas exportadas através do porto paranaense e sem qualquer perspectiva de prosperidade (GARDENAL, 2018), como mostra a tabela 5.

**Quadro 1 – Exportações de café no Paraná – porto de Paranaguá (1825)**

MESES	VOLUME	DATA DE REGISTRO
1º TRIMESTRE	132 arrobas	7 de abril de 1825
2º TRIMESTRE	9 sacas	3 de julho de 1825
3º TRIMESTRE	18 arrobas	3 de outubro de 1825
4º TRIMESTRE	30 sacas	31 de dezembro de 1825

Fonte: Elaboração própria com base em GARDENAL 2018.

No norte do estado, os cafezais surgem apenas na segunda metade do século XIX, após a chegada de pioneiros mineiros e paulistas nas regiões de Tomazina, Siqueira Campos (1862), Santo Antônio da Platina, São José da Boa Vista (1853) e Venceslau Braz (1867). Em seus primórdios, as plantações de café dessa região se expandiram de forma lenta, principalmente por causa do isolamento da região, mas já foram suficientes para a criação de novos núcleos urbanos (OLIVEIRA, 2009).

A motivação inicial para a chegada do café na região norte paranaense a partir de São Paulo se dá, principalmente, pela fertilidade das terras, condições de escoamento através das ferrovias paulistas e pela possibilidade de financiamento de pequenos proprietários. Nessa época, a malha ferroviária paulista foi de suma importância para tornar viável a implementação do café na região norte do Paraná, pois ainda não existia infraestrutura dentro do estado para que esse escoamento ocorresse através do porto de Paranaguá (GARDENAL, 2018).

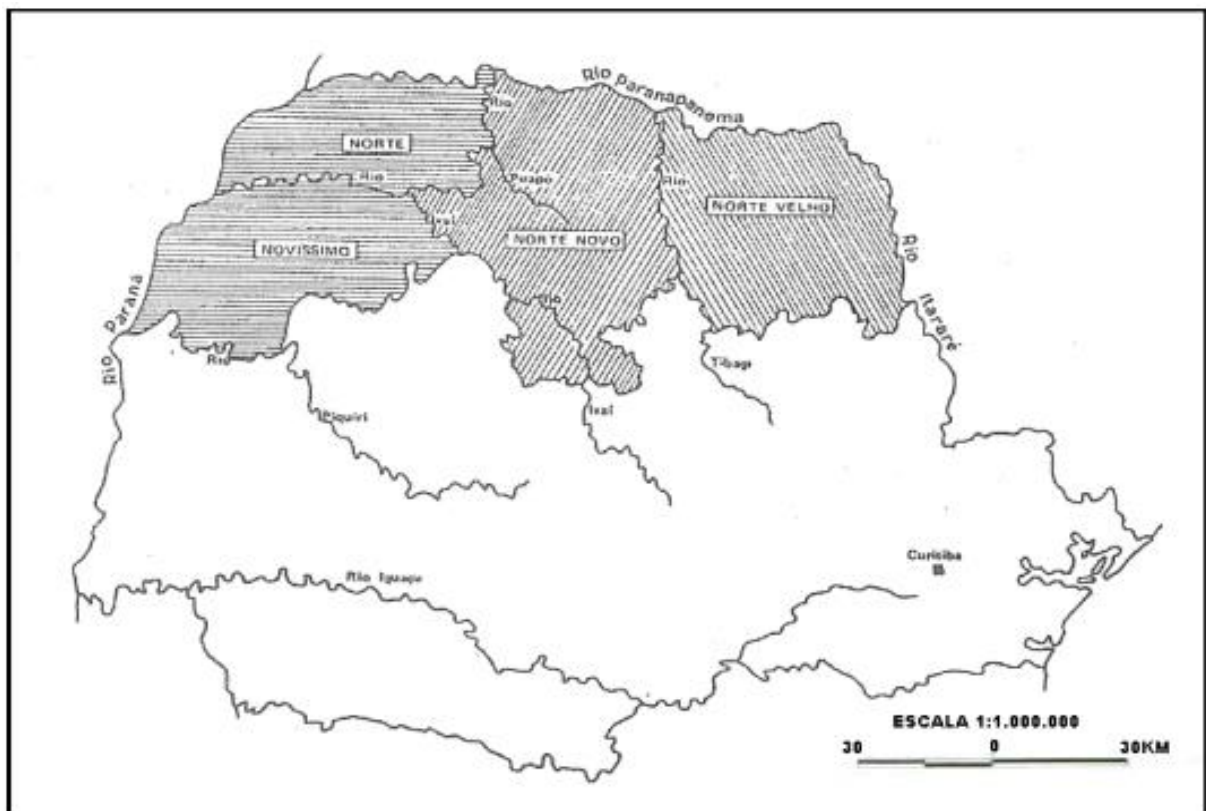
A construção de uma balsa ligando o Paraná a Ourinhos impulsionou as trocas comerciais com diversas localidades paulistas, e a Estação de Cerqueira César da Estrada de Ferro Sorocabana foi fundamental para consolidar essas transações. Os pioneiros vindos de São Paulo, embora não fossem mais numerosos que os mineiros, investiram mais capital na cultura cafeeira do Norte Velho (OLIVEIRA, 2009).

Com o passar do tempo, os fazendeiros começaram a ocupar mais terras no Paraná, impulsionados tanto pelos momentos de crises de baixos preços devido ao excesso de produção paulista, o que levava os fazendeiros a procurarem novas terras para aumentar a produção, compensando a baixa no valor das sacas, quanto pelos momentos de altos preços, que incentivavam a implantação da cafeicultura em novas áreas. O financiamento de bancos paulistas facilitou a abertura de novas fazendas ou a venda de fazendas com terras esgotadas, permitindo a compra de terras paranaenses. Isso resultou na formação de novas cidades como Jacarezinho (1888), Santo Antônio da Platina (1890), Carlópolis (1900), Cambará (1904), Ibaiti (1909), Quatiguá (1909) e Joaquim Távora (1915) (OLIVEIRA, 2009).

Em 1906, com a assinatura do Convênio de Taubaté, houve um estímulo adicional para novos plantios no Paraná. A política adotada pelo convênio capitalizou os cafeicultores, permitindo-lhes adquirir mais terras no estado. Na primeira metade do século XX, a produção de café no Paraná aumentou significativamente e, em 1930, o café tornou-se a principal fonte de renda do estado (ROBERTO, 2014).

Para se entender o contexto, é necessária uma atualização geográfica. O norte paranaense, delimitado pelos rios Itararé, Paranapanema, Paraná, Ivaí e Piquiri, abrange uma área de aproximadamente 100 mil quilômetros quadrados. Essa região foi dividida em três áreas distintas, conforme a época e a origem de sua colonização. O "norte velho" se estende do rio Itararé até a margem direita do rio Tibagi e foi ocupado de forma desordenada na segunda metade do século XIX (KOHLHEPP, 2014). O "norte novo" vai até as margens do rio Ivaí, com a linha entre as cidades de Terra Rica e Terra Boa como limite a oeste e foi colonizado a partir de 1930. Por fim, o "norte novíssimo" se expande dessa linha até o rio Paraná, ultrapassando o rio Ivaí e incluindo toda a margem direita do Piquiri, ocupado a partir de 1950 (CHIES; YOKOO, 2012), como mostra a figura 1.

**Figura 1 – Mapa do norte paranaense**



Fonte: CHIES; YOKOO (2012, p. 33).

A expansão do café no Paraná se deu através de diversos fatores, entre eles estão o clima e o solo das diferentes regiões paranaenses. O fato de que dois terços dos cafezais no Norte Novíssimo foram plantados em solos arenosos, enquanto 73% dos pés de café no Norte Novo estão em terra roxa, explica as diferentes tendências

de desenvolvimento dessas regiões após a fase inicial da cafeicultura. No Noroeste paranaense, a predominância de solos arenosos em áreas livres de geadas é uma desvantagem para a cafeicultura, já que as zonas de terra roxa ao sul, apesar de serem ideais para o café, estão sujeitas a geadas anuais, tornando-as inadequadas para o cultivo de espécies tropicais. Dessa forma, as características dos solos influenciam diretamente a viabilidade e o sucesso da cafeicultura em cada região (KOHLHEPP, 2014).

Entretanto, para que houvesse uma consolidação da cultura cafeeira no estado, eram necessários mais atributos do que apenas as terras férteis e o clima da região. Dessa forma, o governo estadual da época precisou atuar de forma ativa para que a economia cafeeira prosperasse no estado do Paraná (OLIVEIRA, 2009). Essa economia só viria a se expandir de forma mais significativa após o fim do século XIX, contando com a ajuda do governo e investimentos privados (YASHO; ARIAS NETO, 2007).

A trajetória da economia cafeeira no Brasil reflete uma transformação estrutural que marcou profundamente o cenário econômico e social do país entre os séculos XIX e XX. Desde sua ascensão no Vale do Paraíba até a expansão para o Oeste Paulista e, posteriormente, para o norte do Paraná, o café consolidou-se como o principal motor da economia agroexportadora brasileira.

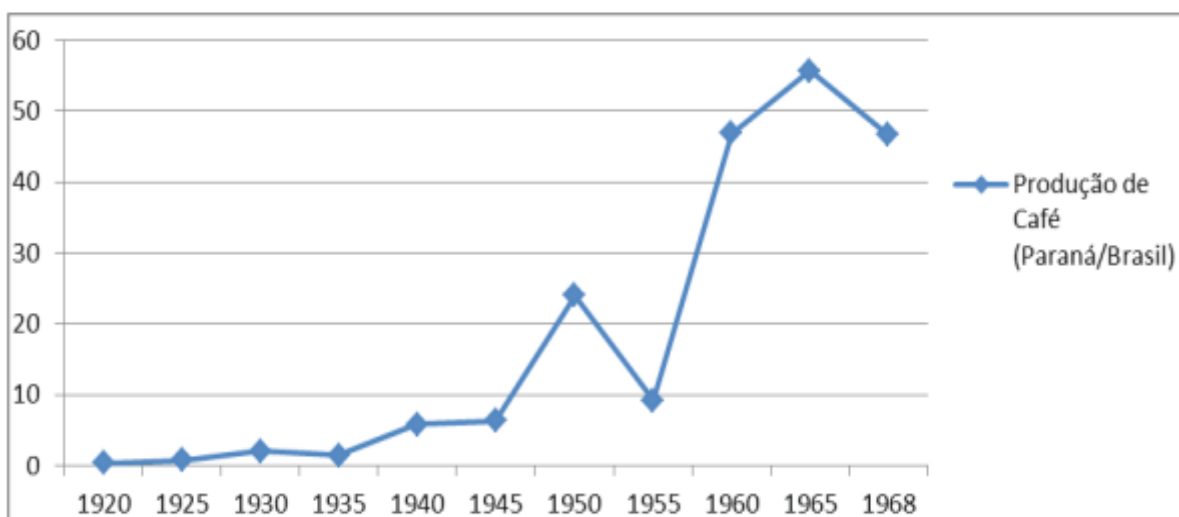
Esses avanços foram viabilizados por fatores como a adaptação às novas dinâmicas de mercado, o uso de mão de obra assalariada, e a implementação de infraestruturas modernas, como as redes ferroviárias, que conectaram as áreas produtoras aos portos exportadores. Apesar das crises enfrentadas, como a de 1929, a resiliência do setor cafeeiro exemplifica sua capacidade de adaptação às demandas do mercado internacional e às mudanças estruturais internas.

### 3 A CONSOLIDAÇÃO DA CULTURA DO CAFÉ NO PARANÁ

Entre o final do século XIX e 1929, a cafeicultura no Paraná começou a se destacar como uma extensão das plantações paulistas, especialmente nas terras férteis do Norte Velho. Em 1920, o estado contava com 1.215 propriedades cafezeiras, colocando-o como o sétimo maior produtor do Brasil. As terras roxas, reconhecidas por sua alta produtividade, foram um atrativo para fazendeiros paulistas que buscavam expandir suas operações devido à saturação e à baixa fertilidade das terras em São Paulo (PRIORI; POMARI; AMÂNCIO; IPÓLITO, 2012).

Incentivada por políticas estaduais que reduziram taxas de exportação e facilitaram o plantio, a área cultivada no Paraná cresceu de forma constante (PRIORI; POMARI; AMÂNCIO; IPÓLITO, 2012). Entretanto, a consolidação da cultura do café no Paraná ocorreu a partir da década de 1920 e desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social do estado. Inicialmente dominada pelas lavouras paulistas, a produção cafeeira expandiu-se para o norte paranaense, impulsionada pela disponibilidade de terras férteis, conhecidas como "terra roxa", e pelas melhorias nas redes de transporte e infraestrutura. Essa expansão, que pode ser vista a partir do gráfico 1, quando o Paraná sai de uma participação pouco significativa, antes da década de 1930, para 5,8% nos anos 40 e chegando à marca de 55% de toda a produção brasileira da década de 1960 (IZEPÃO; GARDENAL, 2015).

**Gráfico 1 – Participação da produção de café paranaense em relação à brasileira (%) – 1920/1968**



Fonte: IZEPÃO; GARDENAL (2015 p. 72).

Um dos fatores que contribuíram para essa expansão foi a migração de agricultores e trabalhadores de outras regiões, transformando o Paraná em um dos principais produtores de café do Brasil durante o século XX. O ciclo cafeeiro paranaense, além de atrair investimentos e promover a modernização agrícola, também contribuiu para a urbanização e o desenvolvimento de cidades como Londrina e Maringá, consolidando a economia cafeeira como um dos pilares do estado. Nesse capítulo se abordará o fundamental papel do estado no desenvolvimento da economia cafeeira no Paraná e, além disso, o problema inicial da infraestrutura e como ele foi superado.

### 3.1 A OCUPAÇÃO

A ocupação do norte do Paraná no final do século XIX foi um processo marcado por transformações socioeconômicas e mudanças no uso do território. Essa região, coberta por densas florestas, atraiu a atenção de colonizadores e investidores devido à sua terra fértil, especialmente adequada para o cultivo de café. Com o esgotamento das terras produtivas no Vale do Paraíba, em São Paulo, e no sul de Minas Gerais, o norte do Paraná despontou como uma nova fronteira agrícola, impulsionada pelo avanço da cafeicultura e pelo desenvolvimento de uma infraestrutura de transporte, que incluía a construção de ferrovias conectando a região com centros econômicos, principalmente São Paulo (CAMPOS, 2001).

Esse movimento de colonização foi intensificado pelas políticas de incentivo do governo, que buscava promover a imigração de europeus e a formação de núcleos urbanos. Companhias de colonização, como a Companhia de Terras Norte do Paraná, desempenharam um papel fundamental ao organizar a venda de lotes e estabelecer cidades planejadas, como Londrina e Maringá, que surgiram a partir de projetos de urbanização modernos. O processo de ocupação não foi homogêneo e gerou impactos ambientais significativos, com a substituição das florestas nativas por monoculturas, além de transformar a estrutura socioeconômica da região (CAMPOS, 2001).

Entretanto, antes de atingir um nível avançado em relação a produção de café e a estrutura fundiária, o norte paranaense foi ocupado de forma desordenada, passando por um período em que a produção era caracterizada por práticas

rudimentares, pouca mecanização, uma produção feita a partir de grandes propriedades e pouca integração regional (KOHLEPP, 2014).

Atraídos pelas terras férteis do norte paranaense, cafeicultores paulistas, já acostumado com a produção a partir de latifúndios, passam a expandir rumo ao Paraná. Um exemplo marcante é o da família de Antônio Barbosa Ferraz, que, ao deixar a região de Ribeirão Preto, se estabeleceu em 1904 nos arredores de Cambará, onde plantou cerca de um milhão de pés de café. A criação da Companhia Agrícola Barbosa e, posteriormente, da Sociedade Agrícola Barbosa acelerou a ocupação dessas terras (OLIVEIRA, 2009), fazendo com que nos anos seguintes outros fazendeiros paulistas seguissem o mesmo rumo, se instalando no norte do Paraná e criando grandes cafezais, com um número de agricultores na região chegando a 171 no ano de 1920 (GARDENAL, 2018).

Além disso, outro fator que contribuiu para essa expansão foi a já consolidada malha ferroviária de São Paulo, constituída para atender as demandas de transporte do café daquele estado, sendo ela fundamental para a instalação da cultura do café no Paraná, pois naquela época ainda não existia infraestrutura para esse escoamento dentro do próprio estado paranaense. A principal ferrovia paulista para o fluxo do café paranaense em direção ao porto de Santos era a Sorocabana, que cortava o estado de São Paulo chegando até Ourinhos, onde se ligava a nova fronteira do café (GARDENAL, 2018).

Por conta desses fatores, a exportação do café do Paraná se deu quase que exclusivamente a partir do porto de Santos até o ano de 1920. Ficando assim clara a conexão que se dava entre a produção de café paranaense com o estado de São Paulo, que não se limitava a proximidade geográfica, mas também pelas estreitas relações de escoamento e comércio do café produzido no norte do estado, o que inibiu o franco desenvolvimento dessa região ao longo do final do século XIX até a primeira metade do século XX (GARDENAL, 2018).

Outro impulso a expansão da cafeicultura paulista no Paraná veio da implementação do Convênio de Taubaté, que limitou a expansão das fazendas de café nas áreas pioneiras do Brasil, como São Paulo, o que estimulou a expansão das áreas de plantio no estado do Paraná (IZEPÃO; GARDENAL, 2015).

Além disso, outro motivo que levou a expansão do café paranaense veio do imposto anual para cada novo pé de café, o que proibia a formação de novas

plantações, entretanto, após o protesto do Paraná, o imposto passa a incidir apenas nos Estados com mais de 50 milhões de pés plantados, o que não era o caso paranaense, dessa forma, atingindo em cheio a cultura cafeeira paulista e incentivando a expansão de novas plantações para o território paranaense (PADIS, 1980).

Contudo, alguns problemas de ocupação ocorreram decorrentes dessa expansão, sendo a atividade de grileiros um deles, ao mesmo tempo que outros problemas surgiam, como a falta de infraestrutura.

Como menciona Kohlhepp (2014, p. 55):

Foi extremamente difícil a luta da colonização dirigida privada e pública contra os chamados 'grileiros'. Esses especuladores de terras, em geral residentes nas cidades e politicamente influentes, tinham tomado posse de enormes áreas de terra ('grilos') por meio de concessões de terra duvidosas, transferências falsificadas e títulos de propriedade em geral falsos. Dessa maneira, já no início da real colonização no norte do estado foram reivindicados por grileiros cerca de 55.000 km<sup>2</sup> de área florestal não-ocupada, ou seja, mais de um quarto de toda a área do estado. Os 'grilos' compreendiam, em geral, várias dezenas de hectares, e as reivindicações de propriedade totalizavam áreas de mais de 1 milhão de hectares.

Por conta disso, a colonização agrária que começava a ocorrer no norte do estado ficava dificultada, os intrusos frequentemente usavam táticas de milícias, gerando confrontos violentos, para tentar tomar posse e manter essas terras, que eram ricas para a produção do café. Entretanto, com a crise da economia mundial e do café, na década de 1920, a força dos grileiros e invasores diminuiu, dando espaço para o futuro projeto da Companhia de Terras Norte do Paraná (KOHLHEPP, 2014).

O governo do Paraná desempenhou um papel significativo no desenvolvimento da economia cafeeira e da ocupação do estado, especialmente a partir da década de 1920. O governo estadual incentivou a colonização e o desenvolvimento agrícola na região, promovendo a distribuição de terras por meio de companhias colonizadoras e facilitando a migração de agricultores paulistas e imigrantes europeus. A criação de infraestrutura, como estradas e ramais ferroviários, foi prioritária para integrar o norte pioneiro com o restante do estado e facilitar o escoamento da produção cafeeira para os mercados consumidores e portos exportadores, essencial para o crescimento da atividade agrícola (DIAS, 1999).

### 3.2 O PROBLEMA DA INFRAESTRUTURA

O problema da infraestrutura no Paraná durante os séculos XIX e XX foi um dos principais desafios para o desenvolvimento econômico e social do estado. No século XIX, o Paraná ainda era uma província isolada e pouco desenvolvida, com uma economia baseada na pecuária e na extração de erva-mate, mas com estradas precárias e poucas vias de comunicação com o restante do Brasil. O transporte de produtos agrícolas era dificultado pela falta de rodovias e ferrovias, o que limitava o comércio e o crescimento das cidades (LOPES, 1995).

A situação começou a melhorar no final do século XIX, com a construção da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá (1885), que facilitou o escoamento da produção e a conexão do estado com o porto de Paranaguá. No entanto, ao longo do século XX, com a expansão da produção agrícola, especialmente do café no norte do Paraná, os problemas de infraestrutura persistiram, principalmente com a falta de estradas pavimentadas, pontes e uma rede ferroviária adequada para atender à crescente demanda (LOPES, 1995).

Desafios de transporte, comunicação e energia limitaram o potencial de crescimento da economia paranaense e a comunicação nesse período era dificultada pela geografia acidentada do estado, com a presença de serras e florestas densas. O transporte de mercadorias e pessoas era feito principalmente por meio de tropas de mulas em através dos caminhos de tropeiros, que ligavam o interior às regiões costeiras e a outras províncias. Estradas de terra e caminhos rudimentares eram suscetíveis às intempéries, o que tornava o deslocamento difícil durante as chuvas(LOPES, 1995).

A principal fonte de energia no Paraná era a lenha, usada para aquecimento e atividades industriais, como a produção de erva-mate e a serragem de madeira. As primeiras iniciativas de eletrificação ocorreram apenas no final do século XIX, de forma restrita e local. Pequenas centrais hidrelétricas começaram a surgir em algumas cidades, como Curitiba, onde a iluminação pública com energia elétrica foi instalada em 1886. No entanto, essa infraestrutura era limitada a áreas urbanas e de maior densidade populacional (LAPA, 1985). A situação só viria a melhorar a partir de investimentos públicos e privados, que começaram a modernizar gradualmente o sistema de transporte e infraestrutura do estado (LOPES, 1995).

### 3.2.1 Rodovias

A construção de estradas no Paraná está intimamente ligada à história da ocupação e colonização do território brasileiro, que começou no século XVI. Desde as antigas trilhas indígenas e rotas coloniais, tanto terrestres quanto marítimas, até os primeiros esforços de planejamento público e privado voltados a criar vias de comunicação para assegurar a unidade geopolítica do vasto território redescoberto pelos europeus, foi um processo gradual e contínuo. No final do século XIX, a economia paranaense, baseada principalmente na exploração da erva-mate, madeira e pecuária, dependia das ferrovias e, principalmente, de estradas de terra como principais meios de transporte. Essas vias eram essenciais para o escoamento da produção, uma vez que o governo não tinha condições de expandir significativamente a malha ferroviária. As rodovias, conectando as áreas mais povoadas e as regiões produtoras às ferrovias, passavam por localidades como Guarapuava, Palmeira, Lapa, Bocaiúva do Sul, Jacarezinho, Colônia Mineira e Vila do Piraí (PARANÁ, 2024).

Um exemplo emblemático é a Estrada da Graciosa, ou PR-410, também conhecida como Caminho da Graciosa, um dos cinco antigos caminhos coloniais no Paraná que atravessam a Serra do Mar, ligando o litoral ao Planalto de Curitiba. Registros desse caminho remontam a 1721. A estrada, que levou duas décadas para ser construída, foi finalizada em 1873. Trinta anos depois, passou por uma reconstrução, concluída em pouco mais de dois anos, e foi uma das primeiras a experimentar pavimentação. Essa via foi crucial para o transporte da erva-mate, um dos principais produtos de exportação da época, que era coletado nos Campos Gerais e em Guarapuava, passava por Curitiba e seguia pela Graciosa em direção aos portos (PARANÁ, 2024).

Desde o início de 1900, as áreas do norte do Paraná, devido à falta de vias de ligação adequadas, mantinham um comércio mais ativo com São Paulo, em detrimento da capital paranaense e do desenvolvimento econômico interno do estado.

A partir de 1913 iniciou-se a construção de estradas e a realização dos primeiros estudos de traçado na região norte. Essa área, situada entre os rios Paraná, Paranapanema e Itararé, abrangendo cerca de 50 mil quilômetros quadrados de terras férteis (conhecidas como terra roxa), era muito cobiçada, não apenas pelas extensas plantações de café presentes em cidades como Cambará, Jacarezinho, Ribeirão Claro

e Santo Antônio da Platina, mas também pela intensa propaganda das companhias de colonização, que promoviam a venda de terras nas proximidades dos rios Tibagi, Paranapanema e Pirapó (PARANÁ, 2024).

Na década de 1920, o processo de construção de estradas ainda era rudimentar. O trabalho era realizado manualmente, utilizando ferramentas simples como pás, picaretas e brocas, enquanto a única máquina disponível era um rolo compressor movido a vapor. O material escavado era transportado puxados por mulas (PARANÁ, 2024).

A partir de 1928, com o lançamento do primeiro Plano Rodoviário do Paraná, começaram a ser estabelecidas diretrizes voltadas para a conexão com a região norte do estado. A principal obra rodoviária da década de 1930 foi a construção da Estrada do Cerne, atual PR-090, que na época foi considerada "a maior rodovia já construída no Paraná", atendendo uma das regiões mais produtivas e prósperas tanto do estado quanto do país. A estrada parte de Curitiba em direção ao noroeste, atravessando os três planaltos e chegando ao norte do Paraná, nas margens do rio Paranapanema, servindo como uma importante ligação entre essa região e o Porto de Paranaguá. O principal objetivo da rodovia era facilitar o escoamento da produção de café, criando um acesso mais direto entre o norte do estado e o Porto de Paranaguá. O trajeto da estrada inclui cidades como Curitiba, Campo Magro, Cerne, Morrinhos, Murtinho, e conta com uma bifurcação que leva a Jaguariaíva, Cachoeirinha e Cambará (PARANÁ, 2024).

A Estrada do Cerne reduziu pela metade a distância e o tempo de viagem, atravessando vários rios e serras. Embora a obra tenha levado vários anos para ser finalizada, foi concluída em 1940 e, por duas décadas, representou o principal corredor de exportação da produção cafeeira do norte do estado, que, a partir de então, passou a ser escoada prioritariamente pelo Porto de Paranaguá (PARANÁ, 2024).

O posto de principal corredor do escoamento do café obtido pela Estrada do Cerne só viria ser tomado após a construção da Rodovia do Café, na década de 1960. A ideia da Rodovia do Café já estava nas discussões do governo imperial há mais de cem anos. Um relatório de uma expedição liderada pelos engenheiros alemães José e Francisco Keller, enviado ao Governo Imperial, recomendava a abertura dessa estrada, com o propósito de servir até como uma rodovia transcontinental. Esse

estudo representava o primeiro esboço da diretriz diagonal que daria origem à futura rodovia (PARANÁ, 2024).

Em 1944, iniciou-se a construção de uma nova estrada, com duas frentes de trabalho nos trechos Tibagi-Ortigueira e Apucarana-Ortigueira. Com a criação do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) em 1946, a construção foi retomada no percurso entre Tibagi, Ortigueira e Apucarana, e a obra, ainda em estágio inicial, foi liberada para o tráfego em 1951 (PARANÁ, 2024).

No Plano Rodoviário de 1951, os projetos principais delinearam diretrizes que, após serem revisadas e complementadas, se tornariam os trechos básicos da futura Rodovia do Café. Durante o Congresso Nacional de Transportes, realizado em maio de 1956, a delegação do DER do Paraná apresentou uma proposta de federalização do trecho São Luiz do Purunã - Ponta Grossa - Porto São José. O Plano Rodoviário Nacional desse mesmo ano incorporou a BR-104, seguindo essa diretriz como rodovia de interesse nacional. Em dezembro de 1964, o novo Plano Nacional de Viação modificou o plano anterior, renomeando a BR-104 como BR-376, mantendo o traçado Dourados (MT) - Apucarana - Ponta Grossa - São Luiz do Purunã (PR) (PARANÁ, 2024).

A pavimentação da Rodovia do Café demandou estudos detalhados sobre a composição geológica e o dimensionamento adequado do pavimento, levando em consideração as características do solo e o volume de tráfego que a estrada precisaria suportar, sendo o principal corredor rodoviário do Estado. A obra envolveu o uso de maquinário de grande porte e ofereceu uma valiosa oportunidade de capacitação para os trabalhadores envolvidos. Essa rodovia se tornou a principal rota para o escoamento das safras de café, aumentando a eficiência na circulação de riquezas e funcionando como um importante meio de integração econômica, social e política dentro do estado. Também conhecida como Rodovia da Integração, após sua conclusão, permitiu o transporte de mais de 4 milhões de toneladas de produtos agrícolas, especialmente café e cereais (PARANÁ, 2024).

Sua área de influência abrangia cerca de 50 mil km<sup>2</sup>, ou 25% do território do Paraná, englobando 86 municípios em 4 das 7 regiões do estado. A rodovia estabeleceu conexões entre Apucarana, Ponta Grossa, Curitiba e Paranaguá, passando por cidades como Califórnia, Araruva, Ortigueira, Alto do Amparo e São Luiz do Purunã. O volume anual de produtos transportados superava 7 milhões de

toneladas, movimentando o equivalente a 1 trilhão e 200 bilhões de Cruzeiros (moeda da época). O café era o principal destaque, com aproximadamente 15 milhões de sacas escoadas, beneficiando uma população de 3,5 milhões de pessoas, o que representava 50% da população paranaense naquela época (PARANÁ, 2024).

Com a inauguração oficial para o tráfego em julho de 1965, a Rodovia do Café trouxe uma significativa redução no tempo de viagem. Um caminhão carregado, que antes levava em torno de 38 horas para completar o percurso, passou a realizar o trajeto em apenas 18 horas, além de encurtar a distância entre Maringá e o Porto de Paranaguá em 142 km. Isso contribuiu para um aumento no movimento do porto paranaense, reduzindo a dependência do Porto de Santos. A rodovia representou um importante esforço para conectar o norte e o sul do Paraná por meio de uma via asfaltada (PARANÁ, 2024).

### **3.2.2 Ferrovias**

A construção da primeira ferrovia no Paraná teve início a partir da concessão concedida pelo Decreto Imperial nº 4.674, em 10 de janeiro de 1871. Esse decreto autorizava os engenheiros Antônio Pereira Rebouças Filho, Francisco Antônio Monteiro Tourinho e Maurício Schwartz a construir uma linha férrea entre o porto de Antonina e Curitiba. Junto com a concessão, foram estabelecidas 37 cláusulas contratuais que definiam as diretrizes administrativas e técnicas para a execução da obra e o funcionamento operacional da ferrovia (KROETZ, 1985).

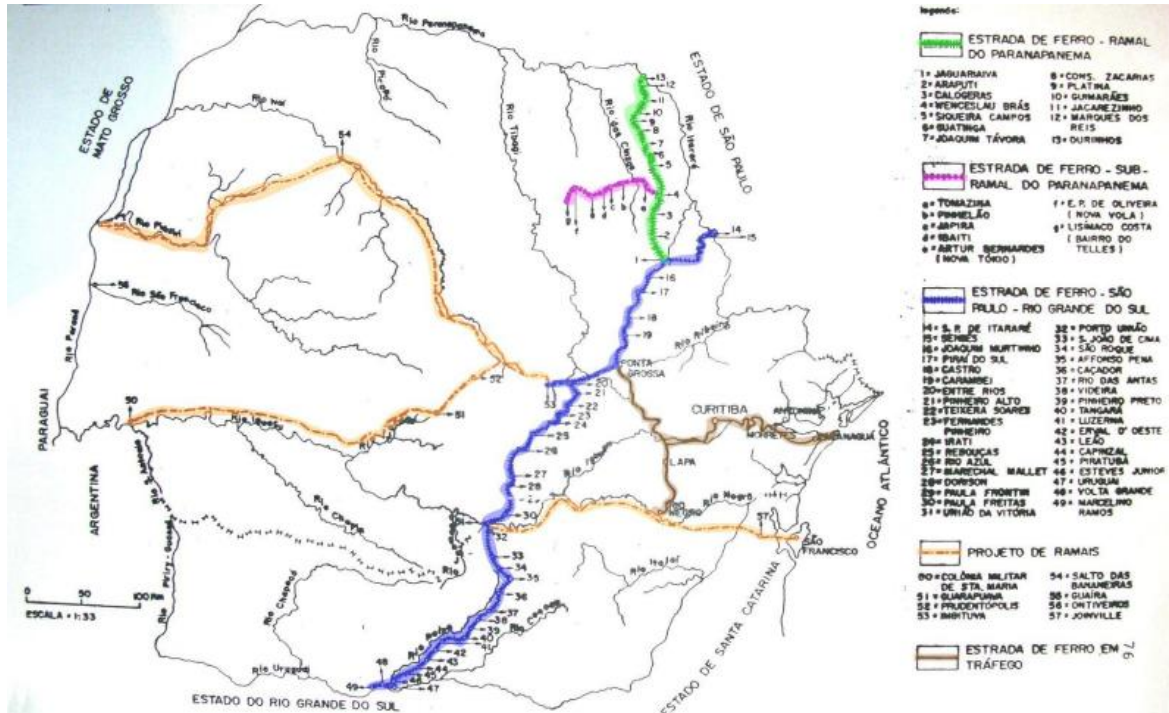
O projeto original da ferrovia, que deveria conectar a capital do Paraná ao litoral, partindo de Antonina e passando por Morretes, não agradou aos moradores de Paranaguá, que desejavam que a ferrovia começasse em sua cidade. Isso gerou conflitos entre as lideranças de Antonina e Paranaguá, cada uma defendendo que o ponto de partida da estrada de ferro fosse em seu município. No entanto, os esforços dos paranaguaras junto ao Governo Provincial resultaram na criação da Companhia Estrada de Ferro do Paraná, por meio do Decreto nº 5.605, de 25 de abril de 1874 (KROETZ, 1985).

A empresa foi organizada como uma sociedade anônima e tinha como objetivo executar o contrato concedido a Pedro Aloys Scherer, José Gonçalves Pêcego Júnior e José Maria da Silva Lemos, para a construção e operação da ferrovia, que partiria



norte e sul, criando assim uma ligação entre o norte paranaense e o porto de Paranaguá (KROETZ, 1985), como mostra a figura 3.

**Figura 3 – Projeto estrada de ferro São Paulo-Rio Grande**



Fonte: KROETZ (1985, p. 63).

Por fim, no ano de 1912 foram iniciadas as obras do ramal Parapanema, partindo de Jaguaraíva, alcançando Wenceslau Braz no ano de 1918 e chegando em Jacarezinho no ano de 1930. A construção desse trecho de ferrovia se deu principalmente por uma demanda do Governo do Estado do Paraná, para que houvesse uma ligação ferroviária dos centros de produção de café no norte do estado até o porto de Paranaguá, contribuindo de forma significativa para o crescimento e consolidação do café no estado (KROETZ, 1985).

Portanto, o governo paranaense colaborou com políticas federais de defesa do café, adotando medidas para estabilizar os preços durante crises de superprodução. Incentivou a modernização das práticas agrícolas e promoveu o acesso a créditos rurais para os cafeicultores, viabilizando a expansão e a modernização das lavouras. Essas iniciativas criaram um ambiente propício ao crescimento econômico regional, consolidando o Paraná como um dos principais produtores de café do Brasil nas décadas seguintes (DIAS, 1999).

Uma das iniciativas do governo paranaense para enfrentar o problema de ocupação preditiva e a efetiva consolidação do café no estado, foi a criação de um programa oficial de colonização, no ano de 1939. Entretanto, os objetivos desse programa foram apenas parcialmente atingidos, a contribuição mais importante para a exploração e o desenvolvimento econômico do Norte do Paraná viria através de uma companhia colonizadora inglesa, que atuava por meio de uma iniciativa privada com a chancela do estado, a partir dessa última iniciativa, surgiriam então os minifúndios de café do norte paranaense (KOHLHEPP, 2014).

A análise da consolidação da cultura cafeeira no Paraná, apresentada neste capítulo, destaca como o desenvolvimento regional foi diretamente influenciado pela adaptação e inovação no uso do território. As iniciativas para superar as dificuldades de infraestrutura, como a construção de rodovias e ferrovias, foram fundamentais para conectar o norte do estado aos mercados consumidores e ao porto de Paranaguá.

Essa integração favoreceu não apenas a economia cafeeira, mas também impulsionou a urbanização e o surgimento de cidades planejadas, como Londrina e Maringá, que se consolidaram como exemplos de progresso resultante dessa fase. O papel desempenhado pelo governo e pelas companhias colonizadoras foi essencial para transformar um território pouco explorado em um dos maiores polos produtores de café do Brasil.

## 4 OS MINIFUNDIOS DE CAFÉ PARANAENSES

O Paraná passou a ser um dos principais produtores de café no Brasil a partir da década de 1930. Com a chegada da ferrovia e a expansão da fronteira agrícola, a região atraiu um grande fluxo de imigrantes, principalmente de origem italiana e japonesa, e migrantes de outros estados, como São Paulo e Minas Gerais. Muitos desses agricultores, que tinham pouco capital, compravam pequenos lotes de terras, frequentemente adquiridos de grandes fazendeiros que loteavam suas propriedades (PRIORI; POMARI; AMÂNCIO; IPÓLITO, 2012).

Assim, começavam a surgir os primeiros minifúndios de café, pequenas propriedades onde o cultivo era voltado tanto para a subsistência das famílias quanto para a comercialização do café. Essas áreas menores possibilitavam que os agricultores se especializassem no cultivo e manejo do café, ao mesmo tempo em que ofereciam uma alternativa mais acessível à grande propriedade, concentrada nas mãos de poucos (YASHO; ARIAS NETO, 2007).

Com o tempo, esses minifúndios contribuíram significativamente para a economia local e para o desenvolvimento do Paraná como um todo. Embora a agricultura em pequenas propriedades enfrentasse desafios, como a falta de recursos para investimentos e tecnologias, a divisão das terras em minifúndios permitiu uma maior diversificação econômica e fortalecimento das comunidades rurais. Além disso, a prática de técnicas de cultivo intensivo adaptadas ao espaço limitado das pequenas propriedades ajudou os produtores a aprimorarem a qualidade e a produtividade do café (PRIORI; POMARI; AMÂNCIO; IPÓLITO, 2012).

Essas características dos minifúndios tornaram o norte do Paraná uma área importante no cenário cafeeiro nacional, contribuindo para o reconhecimento do estado como um dos polos de produção do café brasileiro, além disso, contribuiu para o surgimento de novos polos populacionais no norte do estado e foi o impulso para o desenvolvimento dessa região.

### 4.1 O SURGIMENTO DOS MINIFÚNDIOS NO NORTE DO PARANÁ

O processo de ocupação através de minifúndios se iniciou com a grande depressão de 1929, que desestimulou a produção em grandes propriedades. O estado

do Paraná não adotou medidas de restrição como outros estados, o que atingiu negativamente a cafeicultura paranaense, pois o plantio naquelas propriedades demandava linhas de crédito e uma mão de obra assalariada para a produção, o que acarretou prejuízos para os grandes produtores. Entretanto, esse cenário acabou sendo um estímulo para que cafeicultores paranaenses desenvolvessem o cultivo em pequenas e médias propriedades, pois dessa forma o custo de produção diminuía drasticamente, pois já não era mais necessário o pagamento pela mão de obra (PRIORI; POMARI; AMÂNCIO; IPÓLITO, 2012).

Entretanto, como já mencionado no capítulo 3.2, a contribuição mais importante para a exploração, ocupação e o desenvolvimento econômico do Norte do Paraná viria através de Companhias de Colonização, que estão listadas na tabela 6.

**Quadro 2 – Companhias Colonizadoras**

COMPANHIA	ÁREA DE ATUAÇÃO
<b>CIA. AGRÍCOLA BARBOSA</b>	Cambará, Andirá, Bandeirantes, Santa Mariana e Cornélio Procópio
<b>G. LUNARDELLI S. A.</b>	Sertanópolis, Assai, Arapongas, Apucarana, Bela Vista do Paraíso, Campo Mourão e Porecatu
<b>CIA. ALMEIDA PRADO</b>	São Paulo, Londrina e Uraí
<b>COLONIZADORA VALE DO IVAÍ</b>	Pombal e Kaloré
<b>CIA. DE TERRAS NORTE DO PARANÁ</b>	Londrina, Apucarana, Maringá e Noroeste do Estado
<b>CIA. MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ</b>	Londrina, Maringá, Apucarana, Cianorte, Umuarama e Paranaíba

Fonte: Elaboração própria com base em OLIVEIRA 2009.

A mais importante das companhias foi uma companhia colonizadora inglesa, a *Brazil Plantations Syndicate* Ltda e sua subsidiária, a Companhia de Terras Norte do Paraná. O fundador dessa companhia era um escocês com especialidades em agricultura, *Lord Lovat*. *Lovat*, juntamente com outros investidores, fundaram a *Brazil Plantations Syndicate* Ltda, e suas subsidiárias, a Companhia de Terras Norte do Paraná, fundada em 18 de setembro de 1925, e a Companhia Ferroviária São Paulo – Paraná, com objetivo de fornecer as terras uma estrutura de escoamento da produção (GARDENAL, 2018).

A história da criação de companhia começa no ano de 1922, com a missão inglesa Montagu, liderada pelo ex-secretário de Estado para as Índias e ex-secretário do Tesouro da Inglaterra, Lord Montagu. Além dele, também participavam da missão

Sir Charles Addis, diretor do Banco da Inglaterra e Lord Lovat, então diretor *da Sudan Cotton Plantations Syndicate* e assessor para assuntos de agricultura e florestamento. Além de atuar como assessor da Missão Montagu, Lord Lovat recebeu dos acionistas da *Sudan Plantations* a tarefa de avaliar a viabilidade de essa grande empresa britânica investir no Brasil, com o objetivo de garantir o fornecimento de algodão em grande quantidade, essencial para abastecer a próspera indústria têxtil inglesa (SANTOS, 2013).

É fundamental compreender a missão de Lord Lovat, pois ela mostrava a existência de uma convergência de interesses, os quais desempenhariam um papel crucial na colonização do norte do Paraná. De um lado, Lovat buscava informações sobre a agricultura local e terrenos propícios para o cultivo de algodão e, de outro, os fazendeiros do Norte Velho, liderados pelo Major Barbosa Ferraz e Antônio Ribeiro dos Santos, empenhavam-se em atrair investidores estrangeiros para viabilizar os recursos necessários à continuidade das obras da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná (SANTOS, 2013).

Em uma de suas visitas ao norte do estado paranaense, Lovat identifica uma grande oportunidade, as terras da região eram vendidas a valores muito baixos, pois ainda era muito precária a infraestrutura para transporte de cargas na região, entretanto, notou que caso fossem construídas estradas e ferrovias que ligassem essas terras aos comerciantes, poderia obter uma grande valorização dos seus investimentos (SANTOS, 2013).

Após observar as condições da região de Cambará, Lovat não teve dúvidas e enviou um telegrama ao gerente da *Sudan Plantations*, Arthur Hugh Miller Thomas, que residia na capital do Sudão, solicitando que ele viajasse a Londres para uma reunião. O objetivo era discutir as possibilidades de investimento de capitais ingleses no Brasil. Contudo, acredita-se que, nesse momento, a ideia original de se dedicar exclusivamente ao cultivo de algodão já não era mais o plano principal, Lovat identificou outras áreas de atuação para um novo empreendimento no Brasil, como construção de ferrovias, produção de café e, por fim, a colonização (SANTOS, 2013).

A companhia *Brazil Plantations Syndicate Ltda.*, é finalmente fundada no ano de 1925, na cidade de Londres, juntamente com a fundação de sua subsidiária, a Companhia de Terras Norte do Paraná. Ainda no mesmo ano, a companhia compra as fazendas Guatambu, em Birigui, e as fazendas Caiuá e Santa Emília, em Salto

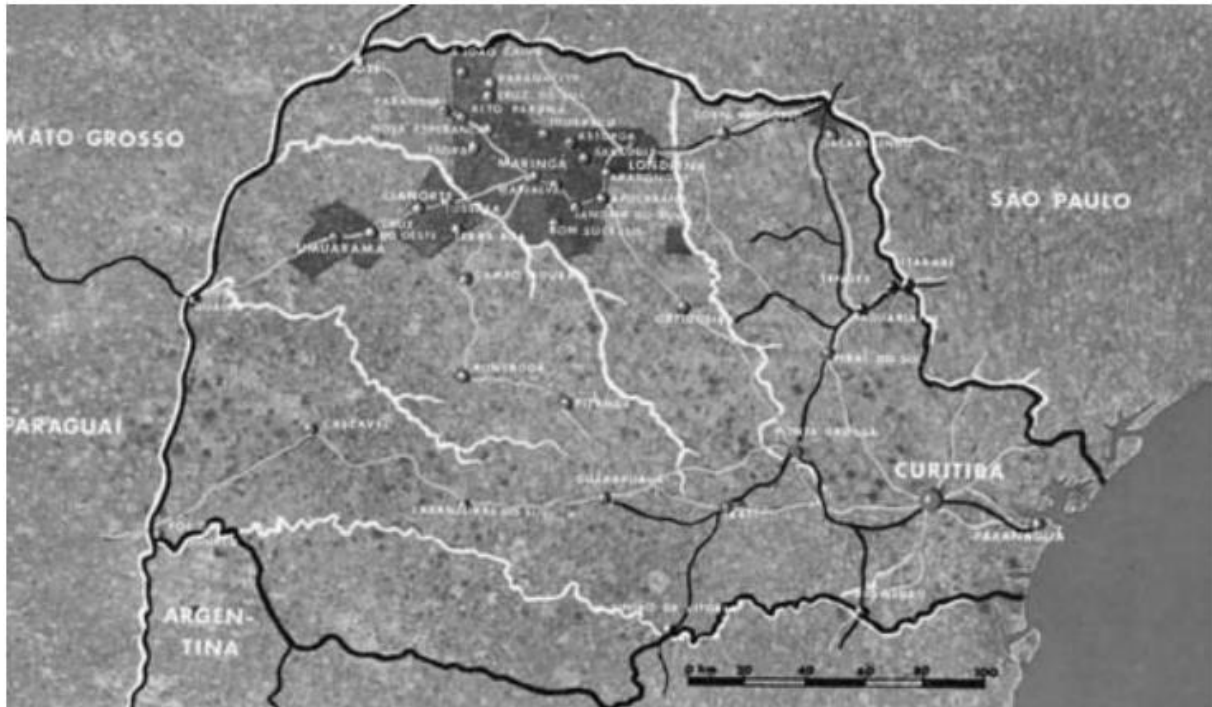
Grande, todas ainda localizadas no estado de São Paulo. Entretanto, essas primeiras terras foram adquiridas para o plantio de algodão, que ainda era o principal interesse dos ingleses na região, tendo sido, inclusive, destruída uma lavoura com 5.000 pés de café na Fazenda Caiuá para a implantação da nova cultura (SANTOS, 2013).

Ainda no ano de 1925, a *Brazil Plantations Syndicate Ltda.* Opta por expandir suas atividades além do cultivo de algodão, para investir na colonização e comercialização de terras localizadas no norte do Paraná. A decisão foi de iniciar a colonização ao longo do eixo Norte-Sul, que atravessa a confluência dos rios Tibagi e Paranapanema, abandonando a ideia inicial de ocupar as terras seguindo o eixo Leste-Oeste, que incluía a região de Cambará (SANTOS, 2013).

A partir do final do ano de 1925, as plantações de algodão nas fazendas adquiridas no Estado de São Paulo começaram a enfrentar dificuldades, levando os investidores ingleses a decidirem abandoná-las. Paralelamente, crescia o entusiasmo pela ocupação das férteis terras roxas do Norte do Paraná. Em 1928, todas as atividades relacionadas ao cultivo de algodão foram encerradas, e a diretoria da companhia decidiu concentrar-se plenamente na colonização das terras adquiridas na margem esquerda do Paranapanema, entre os rios Tibagi e Ivaí. Para isso, optaram por aceitar a proposta feita em 1924 pelos acionistas da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, adquirindo essa empresa e promovendo a extensão dos trilhos além de Cambará (SANTOS, 2013).

Na segunda metade da década de 1920, a companhia faz a sua primeira aquisição em território paranaense, comprando aproximadamente 500.00 alqueires de terras, mostrados na parte escura do mapa na figura 4, entretanto, a venda dessas terras só começaria a ser feita no ano de 1930, pois ao longo da final da década de 1920, a companhia se planejava para iniciar o projeto com todos os cuidados necessárias para o sucesso (KOHLHEPP, 2014).

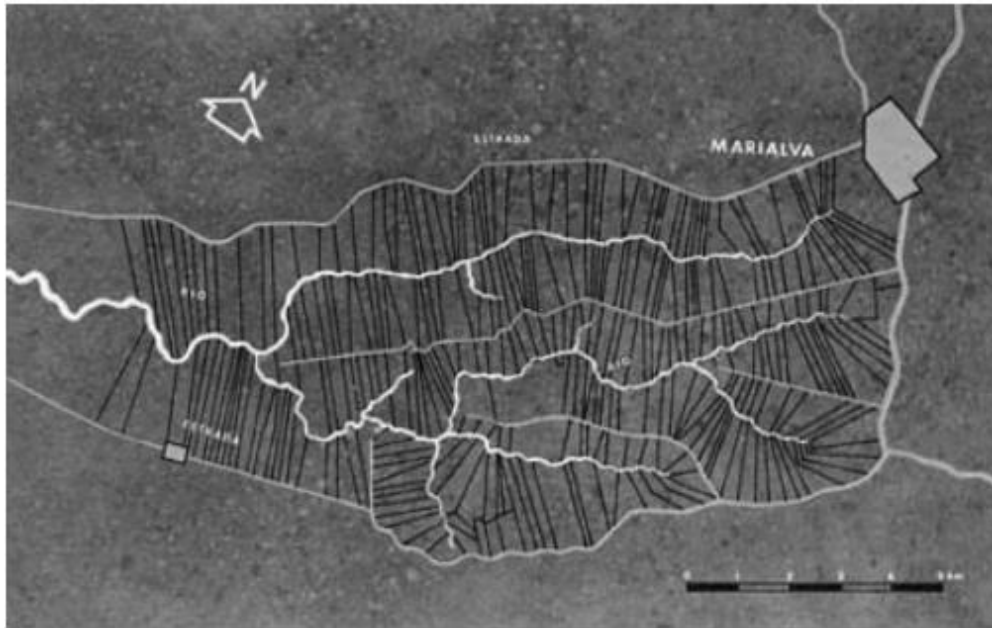
**Figura 4 – Terras da Companhia de Terras Norte do Paraná**



Fonte: REGO E MENEGUETTI (2008, p. 38).

A companhia desenvolveu uma estratégia detalhada de planejamento regional e organização urbana. Para transformar o território desbravado em um espaço habitável e comercializável, a área foi subdividida em pequenas propriedades. Cada lote era delimitado por cursos d'água de um lado e por vias de acesso do outro, estrategicamente posicionadas ao longo das linhas de cumeeada. Esse arranjo garantia que cada propriedade rural tivesse fácil acesso tanto à água quanto ao transporte (REGO; MENEGUETTI, 2008), como demonstram as ilustrações disponibilizadas pela própria companhia, nas figuras 5.

**Figura 5 – Parcelamento rural I**



Fonte: REGO E MENEGUETTI (2008, p. 40).

A área rural seria organizada com estradas vicinais traçadas preferencialmente ao longo dos topos dos morros, permitindo a divisão da terra em pequenos lotes de 10, 15 ou 20 alqueires. Cada lote teria a frente voltada para a estrada de acesso e os fundos para um rio, como mostra a figura 6.

**Figura 6 – Parcelamento rural II**



Fonte: REGO E MENEGUETTI (2008, p. 40).

Na parte mais elevada do terreno, ideal para o cultivo de café, o proprietário plantaria cerca de 1.500 pés por alqueire, sua principal atividade agrícola. Já na área mais baixa, próxima ao vale, seriam instaladas a casa do agricultor, uma horta, um

pequeno pomar e instalações para a criação de animais voltados ao consumo familiar. A água seria obtida diretamente dos rios ou de poços com boa capacidade de fornecimento (SANTOS, 2013).

Os lotes vizinhos, com as casas alinhadas próximas aos cursos d'água, formariam pequenas comunidades, evitando o isolamento das famílias e promovendo o trabalho colaborativo, especialmente durante a colheita do café. Para muitos desses pequenos agricultores, o café seria a principal fonte de lucro líquido, tornando a atividade autônoma sustentável e economicamente vantajosa (SANTOS, 2013).

O processo de pagamento das terras comercializadas pela Companhia de Terras Norte do Paraná era moldado com base nas condições e desejos dos compradores, dessa forma, dando condições para que migrantes que chegassem a região pudessem adquirir lotes da companhia. (CHIES; YOKOO, 2012). A Companhia de Terras Norte do Paraná era, segundo Chies e Yokoo (2012), Gardenal (2018) e Priori, Pomari, Amâncio e Ipólito (2012), a companhia mais importante que atuava na região. Suas terras eram vendidas com um pagamento inicial de 10% do valor total do negócio. Nos sessenta dias seguintes, o comprador deveria completar o pagamento da entrada com mais 20% do preço. Após vinte dias, mais 20% eram pagos na assinatura do contrato de compromisso. O saldo restante era parcelado em quatro anos: 10% no primeiro ano e 20% ao final do segundo, terceiro e quarto anos, com a aplicação de juros anuais de 8%. O contrato permitia ao comprador começar a explorar a propriedade, com a condição de preservar pelo menos 10% da vegetação nativa como reserva natural. Esse modelo de financiamento facilitou a transição de trabalhadores assalariados para proprietários de terras, promovendo sua ascensão econômica e social (CHIES; YOKOO, 2012).

O resultado financeiro do projeto foi percebido de forma rápida, até 1943 haviam sido vendidos 17.000 alqueires, com esse número chegando a 400.000 no ano de 1953, consolidando de forma definitiva os minifúndios como a principal forma de distribuição das terras na região (GARDENAL, 2018).

#### 4.2 OS IMPACTOS DOS MINIFÚNDIOS NO DESENVOLVIMENTO DO NORTE PARANAENSE

O conceito de desenvolvimento é multidimensional, envolvendo aspectos que vão além do crescimento econômico. Embora frequentemente associado ao aumento do PIB e à modernização tecnológica, o desenvolvimento é mais abrangente, incluindo dimensões sociais, culturais, ambientais e políticas. Ele implica não apenas na melhoria das condições materiais, mas também no avanço da qualidade de vida e no bem-estar humano (FAJARDO; CUNHA, 2021).

Segundo Moraes (2019), o conceito furtadiano de desenvolvimento está intimamente ligado à ideia de um projeto social transformador que priorize o bem-estar coletivo e a redução das desigualdades. Para Furtado, o crescimento econômico deve ser um meio e não um fim, subordinado à criação de condições que permitam a expansão das potencialidades humanas e a melhoria da qualidade de vida da população. Esse enfoque diferencia o crescimento, que é quantitativo, do desenvolvimento, que é qualitativo e requer uma reestruturação das bases econômicas e sociais de forma integrada.

Os minifúndios desempenharam um papel crucial no desenvolvimento do Norte do Paraná, especialmente durante o processo de colonização e expansão agrícola na região. Dividindo grandes propriedades em pequenos lotes de terra, a estratégia de ocupação territorial permitiu que uma ampla parcela da população tivesse acesso à terra e à possibilidade de estabelecer sua própria subsistência e produção.

Outro ponto importante a ser citado para entender como os minifúndios de café impactaram no desenvolvimento da região, é necessário compreender como a Companhia de Terras Norte do Paraná atuou para a formação de cidades e pequenos núcleos populacionais. A empresa adotou alguns padrões para a criação desses núcleos, primeiramente, as cidades destinadas a se tornarem grandes centros urbanos deveriam estar separadas por uma distância de cem quilômetros, sendo essas cidades Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama (REGO; MENEGUETTI, 2008), entre elas, a cada 10 ou 15 quilômetros estariam localizados pequenos núcleos urbanos, onde se encontrariam centros comerciais e de abastecimento de insumos.

Ao redor das cidades e desses pequenos núcleos urbanos estariam as chácaras, pequenas propriedades que seriam usadas para a produção de alimentos, como aves, ovos, frutas e legumes, que proveriam as comunidades locais. Por fim, os minifúndios de café, nas partes mais distantes dos centros urbanos, mas conectados por estradas a essas cidades e pequenos núcleos urbanos criados (SANTOS, 2013).

Essa organização, que pode ser vista a partir da figura 7, atendeu a um critério específico, as cidades deveriam ser interligadas por uma linha férrea ou por uma estrada, nota-se Maringá e Londrina separados por cem quilômetros, e pequenas cidades constituídas ao redor, sendo todos interligados, enquanto os minifúndios de café estavam localizados nas áreas ao redor dessas cidades, organizados na forma como mencionado no capítulo 4.1.

**Figura 7 – Organização da rede de cidades**



Fonte: REGO E MENEGUETTI (2008, p. 39).

Essa rede criada de forma artificial pela Companhia de Terras Norte do Paraná, onde os minifúndios cercavam os pequenos núcleos urbanos, que por sua vez gravitavam ao redor das grandes cidades, modificou de forma significativa a forma como os produtores de café dos minifúndios paranaenses comercializavam seus produtos em relação aos grandes fazendeiros. Ela beneficiou de forma relevante a relação cidade-campo, onde recursos eram alocados de forma mais eficiente e oportunidades de trabalho e comércio surgiam de maneira rápida (REGO; MENEGUETTI, 2008).

Os pequenos produtores de café, ao contrário dos grandes fazendeiros, que comercializavam sua produção diretamente nos grandes centros paulistas, como São Paulo e Santos, vendiam suas pequenas produções diretamente nesses pequenos núcleos urbanos formados entre as grandes cidades do norte paranaense, esses compradores iriam então comercializar o café comprado com casas de exportação. Essa organização faria com que o dinheiro ficasse na própria região, sendo grande

parte da riqueza gerada pelos minifúndios de café distribuída pelos diferentes comércios que se estabeleciam nas cidades do norte paranaense, gerando uma grande circulação local da moeda e levando progresso a várias cidades do norte do Paraná (SANTOS; 2013).

Esses pequenos agricultores contribuíram para dinamizar a economia regional, especialmente com o cultivo do café, que rapidamente se tornou a principal atividade agrícola e fonte de riqueza local, principalmente pela alta fertilidade das terras roxas da região, gerando empregos e promovendo a formação de comunidades integradas (SANTOS, 2013).

Além disso, foi nesse período de colonização privada que houve a fundação de 63 municípios, com destaques para Londrina (1930/1934), Maringá (1947/1951), Cianorte (1953/1955) e Umuarama (1955/1960) (REGO; MENEGUETTI, 2008), sendo a Companhia Norte do Paraná responsável pela venda de lotes e chácaras para 41.741 compradores, ocupando uma área de cerca de 13.166 quilômetros quadrados, consolidando a urbanização local (SANTOS, 2013).

A conexão entre os minifúndios de café e a fundação desses municípios foi estratégica. Diferentemente de outros ciclos econômicos marcados pela concentração fundiária, a Companhia Norte do Paraná incentivou a venda de lotes menores, destinados a pequenos agricultores. Essa política favoreceu uma ocupação mais democrática e diversificada, permitindo que uma ampla gama de imigrantes e migrantes internos estabelecesse suas plantações. Essa abordagem contribuiu para a estabilidade social e econômica da região, fomentando a criação de uma classe de pequenos produtores agrícolas que desempenharam papel central no desenvolvimento local (SANTOS, 2013).

Além disso, o modelo de colonização baseado em minifúndios ajudou a consolidar a economia cafeeira no norte do Paraná, integrando-a aos mercados nacionais e internacionais. A estruturação das cidades garantiu o escoamento eficiente da produção, seja por ferrovias ou rodovias, reforçando a sinergia entre urbanização e agricultura. Esse modelo também serviu como exemplo de desenvolvimento regional, mostrando como a combinação de planejamento urbano, incentivo à pequena propriedade e exploração dos recursos naturais poderia gerar resultados prósperos (SANTOS, 2013).

Outro ponto importante foi a diversificação das produções agrícolas nos minifúndios, que contribuíram para a sustentabilidade econômica da região norte do Paraná. Culturas como milho, feijão, arroz e mandioca eram amplamente plantadas, atendendo tanto às necessidades de subsistência das famílias quanto ao mercado da região. Essa diversificação foi essencial para o sucesso dos pequenos agricultores, que puderam minimizar os riscos associados à dependência exclusiva do café. A criação de porcos e aves também complementava a renda dos proprietários e contribuía para a segurança alimentar das comunidades, formando uma base econômica mais resiliente e integrada às demandas locais (SANTOS, 2013).

Portanto, a cafeicultura a partir dos minifúndios de café desempenhou um papel crucial no desenvolvimento da região norte do Paraná, especialmente durante as décadas de 1940 a 1960. Essa atividade foi responsável por transformar essa área em um importante fronteira agrícola do Brasil, incentivando a urbanização e atraindo imigrantes que se estabeleceram em pequenas e médias propriedades. A riqueza do solo e as condições climáticas favoráveis permitiram uma alta produtividade, consolidando cidades como Londrina e Maringá como polos econômicos regionais. Essa dinâmica atraiu capital internacional e promoveu o surgimento de uma economia local vibrante, baseada na produção e comercialização de café (IZEPÃO; GARDENAL, 2015).

Ademais, a expansão cafeeira no norte do Paraná teve efeitos multiplicadores, gerando uma infraestrutura econômica mais robusta. A introdução de ferrovias para facilitar o escoamento do café, bem como o crescimento de atividades correlatas, como o beneficiamento e o transporte, contribuíram significativamente para a formação de um mercado interno na região. Essas mudanças estruturais, associadas ao capital gerado pela cafeicultura, pavimentaram o caminho para o início da industrialização na região. Empresas locais começaram a se desenvolver, e o capital excedente do café foi usado para financiar projetos industriais (IZEPÃO; GARDENAL, 2015).

Por fim, mesmo com o declínio da cafeicultura a partir das décadas de 1960 e 1970, devido a fatores climáticos, econômicos e políticos, os minifúndios deixaram um legado duradouro na região. O capital acumulado por parte da sociedade durante o auge do café foi direcionado para o desenvolvimento de outros setores econômicos, especialmente de manufaturas. Pequenas propriedades que prosperaram com o café

tornaram-se a base de um modelo econômico regional que priorizava a diversificação, contribuindo para que o norte do Paraná emergisse como uma área economicamente dinâmica e resiliente (IZEPÃO; GARDENAL, 2015).

O estudo dos minifúndios de café no norte do Paraná, apresentado neste capítulo, evidencia a importância desse modelo de produção para o desenvolvimento econômico e social da região. A transição de grandes propriedades para pequenas unidades agrícolas proporcionou uma distribuição mais equitativa da terra e possibilitou a fixação de famílias de agricultores, fortalecendo comunidades locais e contribuindo para a diversificação econômica. Essa forma de ocupação fundiária também favoreceu uma integração mais harmoniosa entre produção agrícola e desenvolvimento regional, ao estimular a urbanização e a formação de mercados locais. A atuação das companhias colonizadoras, em especial a Companhia de Terras Norte do Paraná, foi determinante nesse processo, ao estruturar o território de forma planejada e viabilizar o acesso à terra para pequenos produtores.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado confirma que os minifúndios de café desempenharam um papel essencial no desenvolvimento do norte do Paraná, não apenas como base econômica, mas também como motor para a formação de uma sociedade mais estruturada e diversificada. A implementação desses minifúndios ajudou a moldar a ocupação territorial e promoveu a inclusão de pequenos agricultores no processo produtivo.

Diferentemente das grandes fazendas paulistas, os minifúndios no Paraná trouxeram uma alternativa de organização econômica que favoreceu a disseminação de técnicas agrícolas inovadoras e permitiu maior estabilidade social (KOHLHEPP, 2014). Essa estrutura de um modelo diferente de produção foi fundamental para integrar os trabalhadores imigrantes e suas famílias ao processo de desenvolvimento regional. A escolha estratégica de dividir grandes propriedades em pequenos lotes visava o lucro a partir da venda de propriedades, porém, ela também facilitou o acesso à terra, contribuindo para a diversificação econômica e o fortalecimento da agricultura familiar. Isso teve impactos positivos não apenas na economia regional, mas também na formação de comunidades locais mais coesas.

Historicamente, a atuação da Companhia de Terras Norte do Paraná foi determinante para o sucesso dos minifúndios, destacando-se pela organização eficiente das áreas rurais e urbanas e pelo fornecimento de infraestrutura. Essa abordagem facilitou o crescimento da cafeicultura e estimulou a expansão urbana. Além do papel econômico, os minifúndios promoveram transformações sociais importantes, como a redução da concentração fundiária e o incentivo à migração para a região. Esses fatores contribuíram para a criação de novas oportunidades e para a melhoria das condições de vida no norte paranaense.

A infraestrutura implementada, como ferrovias e rodovias, foi vital para viabilizar o escoamento da produção e consolidar o norte do Paraná como um dos principais polos cafeeiros do Brasil. A integração entre produção e logística demonstra a importância do investimento em infraestrutura para o sucesso da economia cafeeira.

A análise histórica também evidencia que a cultura do café foi um vetor de desenvolvimento, mas enfrentou desafios significativos, como as crises de

superprodução. Apesar disso, a adoção de políticas públicas e de iniciativas privadas sustentou a relevância do setor na economia local.

Sob o ponto de vista econômico, os minifúndios ajudaram a estabilizar a distribuição de renda na região, promovendo maior equidade, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico. Essa característica os diferencia de outros modelos agrícolas predominantes no país.

O legado dos minifúndios na história do Paraná vai além de sua contribuição econômica. Eles moldaram a identidade regional e lançaram as bases para o desenvolvimento de uma economia diversificada, que ainda reflete os valores e práticas estabelecidos durante o ciclo cafeeiro.

Entretanto, o presente estudo enfrentou alguns limites e dificuldades, como a escassez de fontes específicas sobre a dinâmica econômica e social dos produtores de café no Norte do Paraná, especialmente em períodos de transição econômica. Além disso, a análise de dados históricos foi restrita à documentação disponível, o que pode limitar interpretações mais abrangentes. Para pesquisas futuras, sugere-se aprofundar os estudos sobre a interação entre políticas públicas, companhias colonizadoras e pequenos agricultores, bem como explorar comparações com outras regiões brasileiras que passaram por processos semelhantes.

Por fim, este estudo reafirma a relevância dos minifúndios de café como um fenômeno singular na história agrícola brasileira, especialmente no contexto paranaense. Ao reconhecer sua importância, é possível valorizar as lições aprendidas e aplicá-las na construção de estratégias para o desenvolvimento rural e regional em outras áreas do Brasil.

## REFERÊNCIAS

CAMPOS, Marcos Aurelio. **A ocupação do Norte do Paraná: formação histórica e desenvolvimento regional (1850-1950)**. São Paulo: Annablume, 2001.

CHIES, Cláudia; YOKOO, Sandra Carbonera. **Colonização do norte paranaense: avanço da cafeicultura e problemas decorrentes deste processo**. Campo Mourão; Geomae: Geografia, Meio Ambiente e Ensino, 2012.

DIAS, Leila Inês Alberti. **Café no norte do Paraná: formação e transformação de uma economia agroindustrial (1920-1980)**. Londrina: Eduel, 1999.

Empresa municipal de multimeios LTDA. **A expansão cafeeira para o Oeste paulista**. Disponível em: [https://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/exp\\_cafeeira.html](https://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/exp_cafeeira.html). Acesso em: 15 maio 2024.

FAJARDO, Sergio; CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. **Paraná: desenvolvimento e diferenças regionais**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2021.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GARDENAL, Leonardo Antônio Santin. **Café e indústria no Norte do Paraná**. 2018. 230 f. TCC (Graduação) - São Paulo; Departamento de História, Universidade de São Paulo, 2018.

GARELS, Maria da Guia Santos. **A expansão cafeeira e a modernização da economia brasileira**. Revista Raízes, Campina Grande, v. 8, n. 6, p. 89-112, jan/1991.

IZEPÃO, Rosalina Lima; GARDENAL, Leonardo Antonio Santin. **Café, capital cafeeiro e industrialização no Paraná**. A Economia em Revista, Maringá, v. 23, n. 2, p. 65-85, jul/2015.

JACTO. **Conheça a história da produção de café no Brasil**. Jacto, 2021. Disponível em: <https://blog.jacto.com.br/historia-do-cafe-no-brasil/>. Acesso em: 24 mar. 2024.

KOHLHEPP, Gerd. **Colonização agrária no norte do Paraná: processos geo-econômicos e socio geográficos de desenvolvimento de uma zona pioneira subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café**. Maringá: Eduem, 2014.

KROETZ, Lando Rogério. **As estradas de ferro do Paraná 1880-1940**. 1985. 201 f. Tese (doutorado) - Curso de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985. LAPA, Júlio César de Sá. **O Paraná e a república velha: 1889-1930**. São Paulo: Global Editora, 1985.

LEDERMAN, Julia Zonenschein. **O desenvolvimento da economia cafeeira no Rio de Janeiro na década de 1920**. 2009. 54 f. TCC (Graduação) - Curso de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

LOPES, José Domingues. **O Paraná e seus caminhos: ferrovias, rodovias e economia**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1995.

MORAES, Isafas Albertin de. **O pensamento de Celso Furtado sobre Desenvolvimento Econômico e Capital Externo no Brasil: do Estado interventor-empresendedor ao Estado insurgente-vanguardista**. Pesquisa e Debate, São Paulo, v. 31, n. 56, p. 143-164, fev/2019.

NAGAY, Julio Hidemitsu Corrêa. **Café no Brasil: dois séculos de história**. Formação Econômica, Campinas, v. 3, n. 1, p. 17-23, jun/1999.

OLIVEIRA, Semí Cavalcante de. **A economia cafeeira no Paraná até a década de 1970**. Curitiba; Vitrine da Conjuntura, 2009.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma Economia Periférica: o caso do paraná**. São Paulo: Hucitec, 1980.

PARANÁ. Departamento de estradas de rodagem. **História**. Disponível em: <https://www.der.pr.gov.br/Pagina/Historia>. Acesso em: 25 set. 2024.

PRIORI, Angelo; POMARI, Luciana Regina; AMÂNCIO, Silvia Maria; IPÓLITO, Veronica Karina. **História do Paraná: (séculos XIX e XX)**. Maringá: Eduem, 2012.

REGO, Renato Leão; MENEGUETTI, Karin Schwabe. **O território e a paisagem: a formação da rede de cidades no Norte do Paraná e a construção da forma urbana**. Paisagem Ambiente: Ensaios, São Paulo, v. 54, n. 25, p. 37-53, dez/2008.

ROBERT, Sirley Vila. **Cafeicultura, capital e trabalho no norte do Paraná: um estudo de caso sobre doutor Camargo**. 2014. 46 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

ROSSINI, Gabriel Almeida Antunes. **Convênio de Taubaté**. 2010. 32 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Econômicas, Fgv, São Paulo, 2010.

SANTOS, Rubens Rodrigues dos. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. 3ª ed. Londrina: Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná, 2013.

SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Alfa Omega, 1995.

SKIDMORE, Thomas E. **O Brasil e a dívida externa: uma abordagem histórica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

YASHO, Margarete; ARIAS NETO, José Miguel. **O trabalho na cafeicultura paranaense: representação e prática social**. Londrina; Programa de Desenvolvimento Educacional, 2007.